

Reflexões a partir da greve

Ademar Ferreira.

Como citar: FERREIRA, Ademar. Reflexões a partir da greve. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 205-210. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p205-210>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

REFLEXÕES A PARTIR DA GREVE

Ademar FERREIRA¹

O fator que deu força à greve das universidades públicas paulistas em 2000 foi sem dúvida a intransigência dos reitores em proceder a uma política de reposição de perdas salariais, em havendo sabidamente os recursos necessários. Podemos dizer também que o reajuste de 7% inicialmente oferecido pelo Cruesp, frente a perdas acumuladas muitas vezes maiores, segundo dados da FIPE, revela o pouco apreço dos reitores em relação à universidade, e uma aposta na incapacidade de reação de docentes e funcionários. E, prosseguindo na mesma linha de análise, diríamos que a forma como se desenrolaram os acontecimentos provocados pela greve, até o seu final, mostra que os docentes e funcionários, com apoio de estudantes, somente conseguiram fazer valer seu ponto de vista sob respaldo da força do movimento grevista. Já, na visão autoritária dos reitores, a greve representava empecilho ao bom andamento da universidade, conforme atesta a seguinte frase de um comunicado do Cruesp (29.05.2000): “A cessação da greve constitui pré-condição para que esta proposta (reajuste total de 15%, contra os 25% conseguidos no final) seja implementada e que se possam discutir questões essenciais da vida acadêmica”.

Uma situação de conflito evidente, como é a greve, revela a clara existência de uma oposição dentro da universidade. De um lado, o poder constituído, formado por reitoria, diretores de unidades, e colegiados superiores, e, de outro lado, a grande maioria de docentes destituídos de mando. Em situações *normais*, o conflito revela-se também mais forte por ocasião da escolha do reitor, e durante eleições aos órgãos colegiados, sobretudo ao Conselho Universitário, onde dificilmente conseguem eleger-se representantes não afinados com o poder universitário.

¹ Escola Politécnica da USP – SP.

Esses breves comentários, a propósito da greve e do conflito hierárquico, apresentam uma visão tradicional do poder e de seus embates na universidade pública. Quero mostrar que hoje esse modo de ver o poder é insuficiente para explicar as transformações pelas quais passa essa instituição. De fato, hoje, no dia a dia, as relações de poder que alteram a universidade ocorrem despercebidas. A universidade vem sendo dividida e reestruturada de tal forma que as instâncias de poder tornam-se invisíveis. Nesta reflexão sumária a propósito da greve de 2000, pretendo discutir alguns aspectos da nova estrutura do poder na universidade pública, e expor o absurdo e a contradição que implicam em relação ao papel central da universidade na sociedade, que é o de crítica independente. Passarei, então, a analisar a questão crucial: quais as relações da nova face do poder na universidade pública com as transformações por que passa essa instituição? Para delinear o exame do novo poder na universidade pública, vou restringir-me às suas influências sobre o corpo docente, embora reconheça a necessidade de considerar o todo da universidade. Eventuais exemplificações referem-se à USP, mas devidamente adaptadas, podem ilustrar situações de outras universidades públicas no Estado de São Paulo e no Brasil.

Concretamente, o poder na universidade emana de seu estatuto. Na USP, esse documento data de 1988, tendo sido elaborado, portanto, já no período da redemocratização “possível” do País. Todavia, infelizmente, à sua letra e espírito não se permitiu refletir um grau de democracia desejável à universidade. O poder político foi mantido sob estrito controle, alheio à massa universitária, considerada não confiável para exercê-lo. A manifestação antidemocrática mais agressiva dessa peça legislativa é a forma centralizada de escolha do reitor e dos diretores de unidades, sendo totalmente incompatível com uma universidade autônoma e crítica. Entretanto, não pretendo analisar aqui o poder a partir do estatuto, mas, antes, suas formas e manifestações mais recentes e sua incidência no cotidiano da universidade, e algumas conseqüências na descaracterização de seu caráter público.

Nos últimos 20 anos, e principalmente na década passada, pode-se dizer que a característica mais operante do poder na

universidade é a sua invisibilidade. Como aquelas formigas de apartamento que, de geração em geração, tornam-se menores e mais ágeis, o poder na universidade ultimamente inventa artifícios para passar despercebido. E tem conseguido fazê-lo habilmente. Conforme observado pelo Prof. Franklin Leopoldo e Silva, da FFLCH, em exposição durante a greve, os colegiados da universidade, em todos os níveis, tornaram-se órgãos meramente burocráticos, limitando-se a referendar matérias aprovadas em comissões, cujo número se multiplica sem fim. Se o alcance das deliberações de um conselho de departamento é aparentemente limitado, podendo-se tornar difícil desvendar as conseqüências de algumas de suas decisões, os efeitos da invisibilidade tornam-se gritantes no Conselho Universitário, órgão máximo onde se deveriam discutir os grandes temas da universidade. Marotamente, poder-se-ia dizer que o fato de transferir as deliberações para múltiplas comissões, das quais participam docentes, é uma democratização do poder. No entanto, tal prática, associada a outras alterações recentes do funcionamento da universidade, não passa de uma forma, à primeira vista sutil, de facilitar a adoção de medidas com a conseqüência, conforme veremos, de impregnar da ideologia de mercado o dia-a-dia da universidade. Longe de ser um processo espontâneo e natural como parece, faz parte de uma estratégia de diluição e escamoteação do poder, de modo a fazer passar por natural a destruição do caráter público da universidade.

A principal transformação da universidade, proporcionada pela nova face do poder, tem um duplo objetivo: (1) alterar as atividades de massa da universidade, o ensino de graduação e pós-graduação, bem como a pesquisa e extensão, de tal forma que atendam às novas necessidades do mercado neoliberal globalizado, em sua versão brasileira; (2) dificultar ao máximo que seu corpo docente, alunos e funcionários possam exercer atividade crítica relativamente à universidade para tentar reverter o objetivo (1). Note-se que, para poder criticar negativamente o primeiro objetivo, é preciso ter em conta diretamente que a sociedade brasileira, geradora desse mercado, é plena de injustiças sociais, e extremamente concentradora de renda.

Conforme veremos, a realização desses objetivos, possibilitada por diversos meios, está intimamente ligada à privatização crescente da universidade pública, de tal forma a tornar-se difícil estabelecer se esta privatização é causa ou consequência da transformação da universidade. Valendo-se de resoluções e portarias, o poder central, através do emaranhado de comissões, modifica o perfil da universidade, restringindo na prática o seu caráter público. Tudo é implantado sem uma discussão prévia e profunda por todos os interessados. O instrumento principal dessa política é a degradação salarial, mantida pelas diferentes reitorias, com pequenas melhorias resultantes de greves como a de 2000. No lugar de um bom salário, a direção universitária introduziu a flexibilização do tempo integral, que permite ganhos extra-salariais teoricamente ilimitados. Assim, cooptam-se docentes para a transformação da universidade através da possibilidade de ministrar cursos pagos, a título de educação continuada, educação à distância, e agora, mestrado profissional, bem como da prestação de serviços remunerados, na forma de projetos, estudos e pesquisas, que permitem a muitos docentes auferir ganhos adicionais ao salário baixo. Utilizam-se assim recursos como instalações, equipamentos e mão de obra, pagos com verbas públicas, em benefício de algumas entidades privadas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se deterioram os salários, facilita-se o acesso a ganhos elevados a parte dos docentes, à custa da distorção do caráter público da universidade. Quando verificarmos também que muitos desses cursos e serviços são inadequados para justificar o respaldo de uma universidade pública de qualidade, entenderemos por que, além de considerar que tais atividades concorrem para a sua privatização, comprometem irremediavelmente sua característica de ser crítica acima de tudo.

A atitude crítica da universidade é também enfraquecida quando se instituem práticas, mais uma vez através das comissões, que se apossam do tempo do docente. Este deve tornar-se uma espécie de empresário, que tem que administrar seu tempo pragmaticamente entre participar de comissões, escrever relatórios, fazer solicitação de recursos para projetos de pesquisa, ministrar aquele curso pago ou dar aquela consultoria, e, se sobrar tempo,

corrigir provas, escrever artigos, orientar dissertações e teses, realizar a pesquisa para a qual conseguiu o dinheiro, e, excepcionalmente, preparar aula. Tudo isto para sobreviver na universidade produtivista. O resultado é uma circularidade, onde o docente, atolado no padrão para o qual contribui, é incapaz de criticá-lo.

Outro instrumento que reduz o caráter crítico da universidade é o instituto da avaliação praticada por delegação direta da reitoria, segundo critérios e objetivos pouco explicitados, tal como existe na USP. Uma avaliação desse tipo não está isenta de característica política, por falta de legitimidade. Assim, pode prestar-se a intimidar docentes que exerçam uma crítica mais consistente, e incentivem a mobilização contra certas atitudes e decisões centrais ou práticas veiculadas via comissões. Por outro lado, também pode servir à chancela de produções sofríveis, desde que seus produtores sejam politicamente corretos. Uma das feições menos democráticas dessa avaliação é que somente avalia uma parte dos docentes: os recém ingressos, os menos titulados, e aqueles que passam a integrar o regime de dedicação integral, agora flexibilizado. Assim, uma parte dos docentes, dentre os quais os eleitos ou elegíveis para chefias, e muitos dos que se dispõem a fazer funcionar a burocracia, não são avaliados, instituindo uma diferenciação explicável mas difícil de justificar.

Nesta análise sucinta, tivemos ocasião de discutir alguns problemas da universidade pública, sob a óptica do poder, a pretexto da greve de 2000. Retornando agora ao ponto de partida, e concluindo, podemos dizer que, se a greve conseguiu estancar a deterioração dos salários, e conseqüentemente da universidade, enfrentando diretamente o poder central, este vem adquirindo novas formas, como a recente *manifestação por capilaridade*, isto é, ramificação via múltiplas comissões, que na prática substituem a atividade deliberativa própria dos colegiados, com o efeito de mascarar a desfiguração da universidade pública. Por isso, somente uma crítica total, no dia a dia, que conteste e se recuse a aceitar práticas e idéias que não sejam o resultado de amplo e democrático debate, poderá construir a universidade de que a sociedade precisa.